

TRANSPARÊNCIA LOCAL NO BRASIL

Avaliando a aplicação da Lei de Acesso nos estados e nas grandes cidades

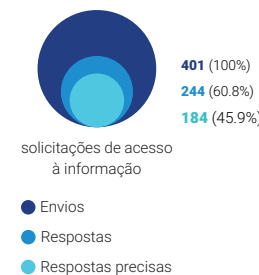
Apresentação

O Programa de Transparência Pública (PTP), uma parceria entre FGV-EBAPE e o Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV DIREITO RIO, avaliou o funcionamento da Lei 12.527/2011 a nível subnacional, além de explorar o desempenho de importantes políticas administrativas e públicas. A análise comporta cinco avaliações de transparência ativa e passiva, abrangendo a aplicação da Lei de Acesso à Informação Pública (LAI): 1) nos estados e nas grandes cidades; 2) na gestão de TI e o tratamento de dados pessoais; 3) na prestação de contas em termos dos gastos com publicidade oficial; 4) na desigualdade na remuneração de servidores públicos; e, 5) na prestação de contas de organizações sem fins lucrativos. O relatório está disponível em transparencia.ebape.fgv.br.

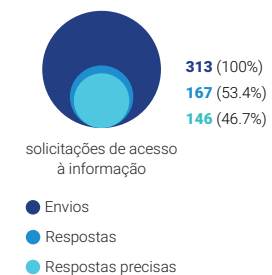
Resultados Globais

A análise contou com um número surpreendentemente baixo de respostas às solicitações enviadas aos municípios pesquisados. Foram enviados 401 pedidos no total, para os quais recebemos somente 184 (45.9%) de respostas precisas. O prazo geral de resposta foi de 20 dias.

G1. Resultados globais do relatório: solicitações.

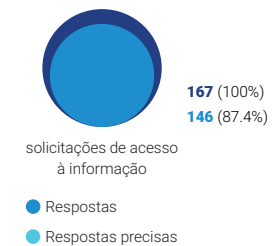


G2. Resultados globais de solicitações para municípios.



Além desses resultados, observamos dos 32 entes federativos com uma nota 'A' ou 'B' nas avaliações pela precisão das respostas, 88% (28 de 32) apresentavam unidades específicas de acesso à informação pública. Esse dado contribui significativamente para a inferência de que a falta de cumprimento da LAI pode ser solucionada com o aumento de esforços da liderança organizacional e com a imple-

G3. Taxa de precisão municipal proporcional às respostas recebidas.



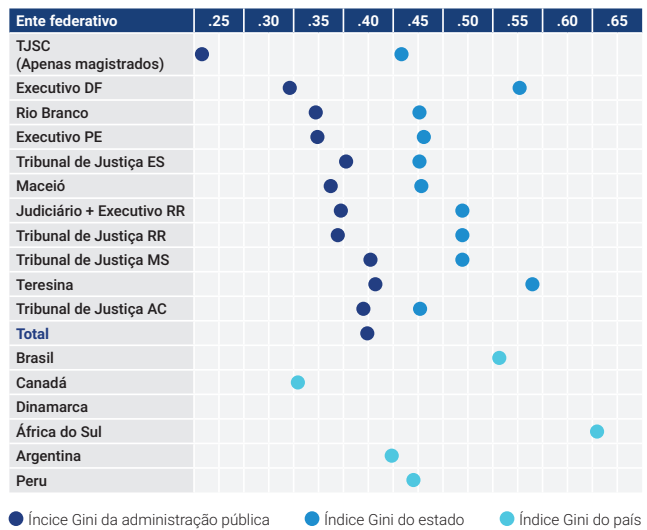
Capítulo 4

Transparência e desigualdade na remuneração dos agentes públicos

O capítulo 4 analisa a remuneração no setor público, comparando os governos municipais, estaduais e tribunais no Brasil, e calculando a desigualdade interna do funcionalismo público. Entre as 26 solicitações enviadas, 19 (73%) foram res-

pondidas, mas apenas 6 (23%) de maneira satisfatória. Os resultados obtidos das comparações salariais sugerem que há uma considerável disparidade na distribuição da remuneração no funcionalismo público entre as carreiras.

G6. Índice de Gini da distribuição do rendimento anual dos agentes públicos.



Capítulo 5

Dinheiro público e organizações sem fins lucrativos: avaliando a transparência e prestação de contas

O estudo avaliou os ministérios do governo federal – responsáveis pela seleção e fiscalização dos convênios – bem como a transparência das organizações sem fins lucrativos (OSFLs), as quais são os receptores de convênios e proveem serviços públicos. Nos últimos dez anos a soma de gastos com convênios aumentou em cinco vezes, equivalente ao PIB da Camboja. Dos ministérios, 5 não responderam com o mínimo de precisão (Educação, Integração Nacional, Fazenda, Justiça, Minas e Energia). Dos 104 convênios analisados, que representam 29% de todos os fundos gastos com convênios destinados a OSFLs, 31 das OSFLs não possuíam website e 55.7% não atenderam aos critérios mínimos da avaliação

T2. Ranking das OSFLs com as melhores avaliações em 2015.

Razão Jurídica	Avaliação
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP	90,00%
SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina [Hospital São Paulo]	81,00%
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos	72,00%
Pastoral da Criança	72,00%
Fundação Universitária Mendes Pimentel [FUMP - Estabelecimento Unificado]	64,00%
Fundação Parque Tecnológico da Paraíba [PAQTC-PB]	63,00%
Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária	60,00%
Fundação de Apoio da Universidade Federal do RGS [FAURGS]	60,00%
Associação Beneficente de Campo Grande [Santa Casa]	56,00%
Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão - FADEX	45,00%
Liga Alagoana Contra a Tuberculose	42,00%
Fundação Guimaraes Duque	40,00%
Fundação de Apoio a Pesquisa [FUNAPE]	36,00%
Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins [FAPTO]	36,00%

Capítulo 1

Avaliando a transparência das grandes cidades e dos estados

O Capítulo 1 analisou o cumprimento subnacional com a LAI, avaliando a qualidade dos decretos regulamentares, das plataformas de solicitação de informação pública, das respostas às solicitações (transparência passiva) e o cumprimento com as obrigações de publica-

ção (transparência ativa) definidas pelo artigo 8º da lei 12.527. Os resultados demonstram que a maioria dos governos não cumpre as obrigações legais, obtendo, por exemplo, uma nota média de 36,45% na avaliação de transparência ativa.

T1. Avaliação de transparência ativa, passiva e da plataforma para solicitações.

Entes federativos	Nota da plataforma	Nota da Transparência Passiva	Índice Geral de Transparência Ativa
Paraná	D	A	87
Rio Grande do Norte	B	●	86
Alagoas	C	C	66
João Pessoa	B	C	66
São Paulo	A	A	62
Maranhão	B	A	60
Belo Horizonte	F	A	58
Ceará	B	B	57
Santa Catarina	B	A	53
Tocantins	C	A	53
São Paulo (estado)	B	A	48
Florianópolis	C	B	47
Recife	D	A	44
Curitiba	D	B	43
Mato Grosso do Sul	A	A	43
Cuiabá	B	A	42
Palmas	A	A	42
Belém	C	●	41
Boa Vista	F	A	40
Minas Gerais	A	B	40
Rio Grande do Sul	C	A	40
Salvador	C	A	39
Espírito Santo	A	●	38
Bahia	A	●	37
Manaus	B	●	37
Goiás	D	F	37
Pernambuco	A	A	37
Piauí	A	●	35
Rondônia	B	●	33
Porto Alegre	C	D	33
Porto Velho	B	A	33
Distrito Federal	B	A	33
São Luís	A	D	32
Vitória	D	A	32
Rio de Janeiro (estado)	F	●	30
Pará	C	F	29
Roraima	C	A	25
Macapá	A	F	25
Rio Branco	B	A	25
Amapá	D	●	23
Mato Grosso	A	A	23
Maceió	B	●	20
Acre	A	●	17
Amazonas	B	F	17
Rio de Janeiro	D	●	16

● Não responsivo

T1 (cont.) Avaliação de transparência ativa, passiva e da plataforma para solicitações.

Aracaju	B	D	15
Paraíba	C	●	15
Campo Grande	D	●	14
Fortaleza	B	A	13
Natal	A	F	13
Teresina	F	A	13
Goiânia	D	A	7
Sergipe	●	●	0

● Não responsivo

Capítulo 2

Avaliação de transparência municipal sobre políticas de gestão de Tecnologia da Informação (TI) e tratamento de dados pessoais

Este estudo apresenta os resultados de investigação sobre a transparência dos municípios brasileiros com relação às suas políticas de gestão da informação e o tratamento de dados de seus cidadãos e cidadãs, assim como sobre a implementação de novas tecnologias de monitoramento e vigilância no espaço das cidades. Das 258 solicitações enviadas, 134 foram respondidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 52%. Dos retornos recebidos, 76 respostas foram avaliadas como adequadas, ou seja, a informação prestada pela prefeitura era

relevante em 29% dos casos. A avaliação geral das respostas aponta para um despreparo do município no que diz respeito às informações prestadas sobre os temas abordados.

G4. Resultado global de solicitações para municípios.



Capítulo 3

Transparência e publicidade oficial: gastos crescentes e prestação de contas

O capítulo aborda os gastos com publicidade oficial nas duas maiores cidades de cada estado. A evidência demonstra que há um aumento signifi-

co nos gastos nos últimos cinco anos. Alguns municípios apresentaram gastos acima de 1% do orçamento anual, atingindo R\$40 por habitante.

G5. Gasto com publicidade em relação ao orçamento municipal e à população.

